



Revista de Políticas Públicas
ISSN: 2178-2865
revistapoliticaspublicas@ufma.com
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

da Silva e Silva, Maria Ozanira; Pastor Santos Sousa,
Salviana de Maria; Ferreira Santos de Almada Lima, Valéria
OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO: construindo as
temáticas pobreza e trabalho no campo das Políticas Públicas
Revista de Políticas Públicas, vol. 22, 2018, pp. 535-560
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321158844025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFMA
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



*OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO:
construindo as temáticas pobreza e
trabalho no campo das Políticas Públicas*

Maria Ozanira da Silva e Silva¹

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa²

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima³

Resumo

Com base no site www.gaep.ufma.br e em revisão bibliográfica e documental, o artigo apresenta o Observatório Social e do Trabalho, mecanismo de divulgação de resultados de estudos e pesquisas do GAEPP. Destaca seus fundamentos, contextualização e mecanismos de funcionamento. Objetiva apresentar um balanço de produtos e resultados obtidos ao longo de seus cinco anos. Referenciado no Boletim bimensal do referido Observatório, o foco das reflexões e problematizações são os eixos temáticos Trabalho e Pobreza, no contexto do Estado do Maranhão em articulação com a realidade regional e nacional. Conclui que Trabalho e Pobreza fazem parte da realidade histórica e contemporânea e que, embora possíveis mudanças decorram de intervenções estatais, determinações estruturais e o atual contexto sócio histórico conservador tendem a impor limites e desafios consideráveis a mudanças no quadro delineado.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pesquisadora, nível IA, do CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)/UFMA. E-mail: maria.ozanira@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas. Membro GAEPP. Professora Titular do Departamento de Serviço Social e do PPGPP/UFMA. E-mail: salvi200@globomail.com

³ Economista. Doutora em Políticas Públicas. Pesquisadora do GAEPP. Pesquisadora Nível II do CNPq. Professora Associada do Departamento de Economia e do PPGPP/UFMA. E-mail: valmadalima@gmail.com. / Endereço: Universidade Federal do Maranhão - UFMA: Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga - São Luís - MA. CEP 65080-805

*Maria Ozanira da Silva e Silva | Salviana de Maria Pastor Santos Sousa
Valéria Ferreira Santos de Almada Lima*

Palavras-chave: Observatório, trabalho, pobreza, Maranhão, Brasil.

SOCIAL AND LABOR OBSERVATORY: building the thematic poverty and labor in the field of Public Policies

Abstract

Based on the website www.gaepp.ufma.br and in a bibliographic and documental research, this article presents an overview about the Social and Labor Observatory, a mechanism created to publicize results of studies and researches developed in the context of GAEPP. It highlights its foundations, the context and its working mechanisms. The article has as objective to make an examination of the products and outcomes obtained in its five years of implementation. Based on the bimonthly Bulletin of the Observatory, the focus of the reflections and problematizations are the thematic axes: Labor and Poverty, in the context of Maranhão State in articulation with regional and national realities. The main conclusion is that work and poverty are part of the historical and contemporary reality and that, despite of the possibility of changes coming from the State intervention, structural determinations and the actual conservative, social and historical context tends to impose considerable limits and challenges to make changes in the outlined context.

Key words: Observatory, labor, poverty, Maranhão, Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco de reflexão o Observatório Social e do Trabalho. Trata-se de mecanismo de divulgação de resultados de estudos e pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas direcionadas à Pobreza (GAEPP www.gaepp.ufma.br)¹, grupo vinculado ao Departamento de Serviço Social (DESES) e articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Objetiva e disseminar conhecimento com vistas a subsidiar o processo de gestão e capacitar sujeitos sociais para o exercício controle social de Políticas Públicas.

O texto considera produtos e resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos dois eixos temáticos que lhe dão sustentação ao Observatório: o Eixo do Trabalho e o Eixo da Pobreza.

Para consolidar as reflexões desenvolvidas, o presente texto contém, além desta introdução e da conclusão, os seguintes itens: Uma visão geral do Observatório Social e do Trabalho: seus fundamentos e sua missão enquanto sujeito das Políticas Públicas; Merca-

do de trabalho no Brasil e no Maranhão a partir dos anos 2000: um balanço dos principais produtos e resultados do Observatório Social e do Trabalho; e Pobreza e Desigualdade Social: reflexões sobre resultados de estudos publicados em boletins do Observatório Social e do Trabalho com enfoque na particularidade do Maranhão

2 UMA VISÃO GERAL DO OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO: seus fundamentos e sua missão enquanto sujeito de Políticas Públicas

A partir da década de 1970, desenvolvem-se experiências de articulação entre Movimentos Sociais e Universidades. Nesse processo, destaca-se a inserção na agenda pública de questões direcionadas para a ampliação e universalização de direitos sociais e para a transparência no emprego dos recursos públicos, impondo-se a necessidade do controle social sobre as Políticas Públicas.

Os Observatórios Sociais de Políticas Públicas surgem na América Latina nos anos 1990 e estão relacionadas com esse tipo de experiência e, no Brasil, se coadunam com processo de democratização que se processa no país. Tratam-se de espaços de produção de estudos sobre Políticas Públicas, situando-se principalmente no âmbito das universidades e das organizações não-governamentais (PAZ, 2004). Enquanto arranjos institucionais inovadores, colocam-se como espaços alternativos que buscam aliar a pesquisa acadêmica com o movimento organizado da sociedade.

As iniciativas de criação de Observatórios Sociais de Políticas Públicas pela sociedade são, a partir de 2000, seguidas pelo poder público que institui observatórios governamentais, em resposta à demanda por maior transparência dos governos, assumindo um caráter de prestação de contas à sociedade. Trata-se de um movimento que se situa no âmbito de um processo de reestruturação capitalista sob a égide da ideologia neoliberal, assumido tardiamente pelo Brasil a partir dos anos 1990. “Nesse processo de reforma, é redesenhado o formato do Estado, que de interventor (executor), passa a assumir funções mantenedoras (financiador) e reguladoras (elaboração de normas e controle).” (SILVA, 2008, p. 109).

No âmbito da Reforma dos anos 1990, a avaliação de Políticas e Programas Sociais passa a ser utilizada como mecanismo de controle estatal e de prestação contas à sociedade. Nesse processo, são incorporadas as experiências de Observatórios Sociais, para a con-

solidação dos observatórios governamentais que passam a desempenhar funções de busca de legitimidade e de transparência do Estado perante a sociedade.

Entre as várias experiências de desenvolvimento de Observatórios Sociais, destacam-se o Social Watch (Observatório da Cidadania), rede de grupos de cidadãos e organizações civis, sem fins lucrativos, criado para monitorar ações de desenvolvimento Social. O Observatório das Metrópoles e o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, ambos de iniciativa do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Tem-se ainda o Observatório dos Direitos do Cidadão, numa parceria entre o Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Instituto POLIS, voltado para o monitoramento de Políticas Públicas e o fortalecimento dos movimentos sociais da cidade de São Paulo e o Instituto de Estudos Socioeconômico (INESC), organização não-governamental orientada para ampliar a participação social em espaços de políticas públicas.

Entre as experiências de observatórios de governos, pode-se mencionar o Portal da Transparência do Governo federal, seguido da instituição de órgãos similares nos Estados e municípios. O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, cujo objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão possa obter informações que subsidiem a fiscalização da aplicação de recursos públicos.

Os Observatórios Sociais geralmente se voltam para o acompanhamento, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas sistematizando informações que possibilitem o controle de tais políticas pela sociedade organizada. Têm como fulcro a ideia da transparência, uma premissa fundamental da democracia representativa. (BOBBIO, 1986).

Com base nos fundamentos aqui expostos e na experiência acumulada pelo GAEPP no campo da avaliação de Políticas e Programas Sociais, da assessoria e consultoria a instituições públicas e da sociedade civil e da formação de recursos humanos foi criado o Observatório Social e do Trabalho. Seu compromisso é aglutinar e disponibilizar informações levantadas em pesquisas e estudos sobre

OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO: *construindo as temáticas pobreza e trabalho no campo das Políticas Públicas*

a realidade atual da pobreza e do trabalho no Estado do Maranhão em articulação com a realidade regional e nacional. Configura-se a partir de três dimensões:

- a) Articulação de projetos de pesquisa em desenvolvimento no GAEPP relacionados aos dois eixos temáticos indicados, assim como a sistematização e disponibilização de informações decorrentes da implementação dos projetos;
- b) Levantamento, sistematização e disponibilização de dados secundários e de estudos desenvolvidos sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho;
- c) Levantamento, sistematização e disponibilização de dados secundários e de estudos desenvolvidos sobre a temática pobreza.

Em termos de recursos humanos, o Observatório conta com uma equipe de trabalho constituída de todos os pesquisadores do GAEPP e pesquisadores externos dos quadros do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDES) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP.

Dois mecanismos básicos são utilizados para publicação de resultados de projetos de pesquisa e de estudos desenvolvidos: Boletim do Observatório Social e do Trabalho e os Cadernos de Pesquisa.

O Boletim do Observatório Social e do Trabalho, de periodicidade bimensal, tem o objetivo de divulgar sistematizações de dados secundários e resultados relevantes de estudos desenvolvidos sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho e sobre a situação da pobreza no Maranhão.

A estrutura do Boletim contempla: um Editorial; a abordagem de um tema atual numa seção denominada Em Foco, analisando e apresentando informações estatísticas sobre o tema selecionado. Cada Boletim contém ainda na sua estrutura uma seção denominada Atualidades destinada à apresentação de entrevista com pesquisadores ou gestores de destaque da área de estudo do tema focalizado, contemplando também um Informe Bibliográfico e a divulgação de Eventos, na temática de destaque, em nível local, nacional e internacional.

Os Cadernos de Pesquisa, de periodicidade semestral, constituem-se em mecanismos do Observatório Social e do Trabalho para divulgação de resultados parciais e finais de pesquisa desenvolvidas por pesquisadores do GAEPP e pesquisadores convidados.

Os Cadernos de Pesquisa mantêm um Corpo Editorial composto por professores/pesquisadores de instituições universitárias nacionais e internacionais, tendo publicado o primeiro número em 2013, totalizando em 2016 a publicação de sete números.

O Boletim do Observatório Social e do Trabalho e os Cadernos de Pesquisa têm sido objeto de consultas, o que pode ser visualizado mediante a instalação de contadores de acesso para cada produção no site (<www.gaepp.ufma.br>) e têm contribuído para avanços teóricos e práticos no contexto do GAEPP enquanto grupo acadêmico de pesquisa.

As informações levantadas e sistematizadas são disponibilizadas no site do GAEPP (www.gaepp.ufma.br), e são também em objeto de apresentações e debates público, em eventos periódicos realizados com essa finalidade.

3 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NO MARANHÃO A PARTIR DOS ANOS 2000: um balanço dos principais produtos e resultados do Observatório Social e do Trabalho

Este item apresenta os principais produtos e resultados do Projeto intitulado Projeto de Estruturação, Implantação e Funcionamento de Observatório Social e do Trabalho: Eixo do Trabalho, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para fins de concessão de bolsa de produtividade, nível II. Trata-se de um dos eixos de investigação definidos no Projeto mais amplo: Observatório Social e do Trabalho no Maranhão, que se constitui no foco de discussão do presente artigo

O principal procedimento metodológico adotado é a produção, organização e disponibilização de informações sobre a estrutura e a dinâmica do Mercado de Trabalho no Brasil e no Maranhão, utilizando-se como principais fontes as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Pesquisa Nacional de por Amostra de Domicílios - PNADs, Censos, etc) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Relação Anual de Infor-

mações Sociais - RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED), assim como dados disponibilizados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

Conforme já ressaltado na sessão anterior, as informações levantadas e sistematizadas e os estudos realizados são disponibilizados no site do GAEPP através de dois veículos de publicação: os Boletins, de periodicidade bimestral, que alternam as temáticas do trabalho e da pobreza; e os Cadernos de Pesquisa.

Isso posto, apresentam-se a seguir os produtos resultantes deste projeto de pesquisa, com destaque aos Boletins situados no eixo temático do Trabalho e uma síntese dos principais resultados obtidos com foco na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão a partir dos anos 2000 até a atualidade.

3.1 Os Boletins situados no eixo temático do Trabalho: um breve resgate

Conforme já destacado, os Boletins Periódicos se constituem no principal veículo de publicação do Observatório Social e do Trabalho bem como de interlocução do GAEPP com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, no que tange a temáticas atuais e relevantes situadas nos campos do Trabalho e da Pobreza. Especificamente no campo do Trabalho, ao longo de cinco anos de funcionamento do Observatório, compreendidos entre 2012 e 2017, foram publicados onze Boletins.

Em termos dos conteúdos abordados, o Boletim Periódico – Ano 1 (2012) – nº 1 traz a tona, na sua sessão Em Foco a sistematização e análise de dados secundários sobre a dinâmica do mercado de trabalho maranhense, em comparação com o conjunto do Brasil, no período de 2002 a 2011. Na sessão Atualidades, apresenta uma entrevista com o professor doutor Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da UNICAMP, a partir da qual se pretendia fomentar o controvertido debate, em voga naquele período, acerca da emergência de uma nova classe média no Brasil decorrente daquela conjuntura de retomada do crescimento econômico, com rebatimentos positivos sobre o mercado de trabalho.

Já o Boletim Periódico – Ano 2 (2013) – nº 2 tem como temática de interesse as transformações experimentadas pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão na primeira década de 2000, em

face do desempenho das economias brasileira e maranhense nesse período. Assim sendo, na sessão Em Foco, a partir dos dados dos censos de 2000 e 2010, bem como do RAIS do MTE, analisam-se: a dinâmica da ocupação, do emprego formal e da taxa de precarização frente à evolução do PIB; a dinâmica do emprego formal por setor de atividade; e o comportamento da remuneração média do emprego formal por setor de atividade. Na sessão Atualidades, apresenta uma entrevista com o professor doutor Fernando Lima, do IFMA, então coordenador do Programa Maranhão Profissional, cujo conteúdo versa sobre o papel da qualificação profissional diante do ciclo de investimentos em desenvolvimento no Estado naquele período.

O Boletim Periódico - Ano 2 (2013) - nº 4 apresenta, na sua sessão Em Foco uma análise sobre a dinâmica do mercado de trabalho maranhense em relação ao conjunto do Brasil, tomando como referência os dados da PNAD 2012, em comparação com o período compreendido entre 2002 e 2011, já enfocado no primeiro número do Boletim. Na sessão Atualidades traz uma entrevista com Mônica Damous Duailibe, Mestre em Políticas Públicas (UFMA), Auditora Fiscal do Trabalho e então Assessora de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (SEDES). Com esta entrevista, pretendia-se trazer para o debate um balanço e uma análise sobre as reais perspectivas dos Programas de Inclusão Produtiva que estavam em desenvolvimento no Estado do Maranhão naquele momento e que, conforme o discurso oficial, se constituiriam em porta de saída da situação de pobreza que afeta parcela considerável da População Economicamente Ativa (PEA) maranhense.

Representando a sétima edição, o Boletim Periódico - Ano 3 (2014) - nº 2 aborda, na sua sessão Em Foco, alguns sinais que já apontavam para uma possível mudança de ciclo da economia brasileira, em que pese a aparente situação de pleno emprego, denotada naquele período pela baixa taxa de desocupação, que alcançava, no final de 2013, o menor índice da série iniciada em 2002. Na sessão Atualidades, apresenta uma entrevista com o professor doutor Amilton Moretto, pesquisador do CESIT, UNICAMP, cujo conteúdo contempla um balanço e as perspectivas do mercado de trabalho brasileiro face às tendências já delineadas naquele momento e destacadas na sessão Em Foco.

Já em sua nona edição, o Boletim Periódico - Ano 3 (2014) - nº 4 traz a tona, na sessão “Em Foco, alguns dados que apontam um recuo experimentado, a partir de 2011, pelo subsetor da construção Civil, analisando seus impactos sobre o mercado de trabalho maranhense. Na sessão Atualidades, apresenta uma entrevista com o economista Marco Antônio Moura da Silva, então Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), cujo conteúdo contempla a atuação do SENAI-MA e do IEL para fazer face às exigências de qualificação da força de trabalho maranhense em conformidade com a dinâmica do mercado de trabalho.

A décima primeira edição do Boletim Periódico - Ano 4 (2015) - nº 1 aborda, na sessão Em Foco, com base na PNAD 2013, publicada no segundo semestre de 2014, alguns indicadores do mercado de trabalho maranhense vis a vis o mercado de trabalho brasileiro, em comparação com os dados das duas PNAD anteriores. Assim sendo, identifica e põe em relevo tendências aparentemente paradoxais, tais como uma ligeira redução da taxa de desocupação e elevação do rendimento médio mensal do trabalho em um contexto de desaceleração do nível de atividade econômica. A sessão Atualidades traz uma entrevista com o economista Felipe Macedo de Holanda, Presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), cujo conteúdo contempla as referidas tendências dos mercados de trabalho brasileiro e maranhense e as perspectivas futuras frente às mudanças na política macroeconômica implementadas no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff.

O Boletim Periódico - Ano 4 (2015) – nº 3, décima terceira edição deste veículo de publicação, contempla, na sessão Em Foco, uma análise sobre os impactos da recessão já vivenciada pela economia brasileira naquele período sobre alguns indicadores do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, acrescida de considerações sobre mudanças regressivas no marco regulatório do trabalho, tais como alterações nas regras de acesso ao Seguro Desemprego, implementadas ainda nos marcos do segundo mandato do governo Dilma Rousseff. Na sessão Atualidades, apresenta uma entrevista com o doutor Marcelo Proni, professor do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisador do CESIT, cujo conteúdo se centra exatamente nos temas abordados na sessão Em Foco.

Representando a décima quinta edição, o Boletim Periódico - Ano 4 (2015) – nº 5 tem como conteúdo, na sessão Em Foco, uma análise acerca do comportamento de alguns indicadores do mercado de trabalho maranhense comparativamente ao brasileiro face ao aprofundamento da crise política e econômica no ano de 2015. Na sessão Atualidades, apresenta uma entrevista com o professor doutor Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da UNICAMP e atualmente presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA), abordando a opinião do entrevistado sobre a crise política e econômica e sobre a política de ajuste fiscal implementada ainda no segundo mandato de Dilma Rousseff.

O Boletim Periódico - Ano 5 (2016) – nº 2, décima sétima edição desta publicação, dada a relevância e atualidade da temática, volta a insistir, na sessão Em foco, na análise dos rebatimentos mais recentes do aprofundamento da crise política e econômica brasileira sobre o mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro. Na sessão Atualidades, traz uma entrevista com o professor Felipe Macedo de Holanda, do Departamento de Economia da UFMA e presidente do IMESC, buscando a opinião do entrevistado sobre a atual crise política e econômica brasileira e suas repercussões sobre o mercado de trabalho, bem como sobre as principais oportunidades e desafios vislumbrados para a melhoria do desempenho do Estado do Maranhão em termos de sua capacidade de geração de emprego e renda.

O conteúdo do Boletim Periódico – Ano 5 (2016) – nº 4, buscando estabelecer um diálogo com o eixo temático da pobreza, compreende, na sessão “Em Foco”, uma análise acerca da estrutura do mercado de trabalho dos municípios maranhenses priorizados pelo Plano Mais IDH, implementado pelo governo de Flávio Dino e, na sessão Atualidades, apresenta uma entrevista com o Secretário de Estado dos Direitos Humanos e da Participação Popular, professor doutor Francisco Gonçalves, responsável pela coordenação executiva do Plano Mais IDH.

Finalmente, o Boletim Periódico - Ano 6 (2017) – nº. 2 tem como foco a atual conjuntura de aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil e no Maranhão e as mais recentes mudanças regressivas no marco regulatório do trabalho, mais especificamente aquelas voltadas para a ampliação e flexibilização das possibilidades de terceirização e de contratação do trabalho temporário já

sancionadas pelo Governo Temer. Na sessão Atualidades, esse tema é debatido mediante uma entrevista com o professor doutor Márcio Pochmann, do Instituto de Economia da UNICAMP.

3.2 Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão a partir dos anos 2000

Os principais resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Observatório Social e do Trabalho, situadas especificamente no eixo temático do Trabalho e tendo como foco a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro nos anos recentes, são sintetizados a seguir, com destaque aos indicadores: taxa de desocupação, posição na ocupação no trabalho principal, e remuneração média do trabalho.

No tocante à taxa de desocupação, os dados dos dois últimos censos mostram que, no período 2000 a 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) maranhense cresceu acima do PIB nacional. No entanto, enquanto no nível nacional a ocupação registrou crescimento médio anual de 2,78%, no Estado, não foi além de 1,76% a.a. Em ambos os casos, houve um recuo na taxa de desocupação, a qual declinou, no conjunto do país, de 15,3% em 2000 para 7,6% em 2010, enquanto no Maranhão o indicador registrou redução menor, variando de 11,8% para 8,7% no período. (HOLANDA et al., 2013).

Conforme advertem Holanda e Anchieta Júnior (2014), de acordo com dados do CAGED, enquanto em 2010, diante dos 7,5% de avanço do PIB, o país abriu 3,1 milhões de postos de trabalho formais (média mensal de 265 mil novas vagas), no ano de 2013, esse número caiu para 1,1 milhão (uma média mensal de 91 mil novas vagas), menor até do que em 2009, ano de recessão, evidenciando uma forte desaceleração no ritmo de contratações durante esse período.

Por outro lado, os autores citados afirmam que, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação no Brasil fechou 2013 em 4,3%, o menor valor da série iniciada em 2002. A pequena elevação, observada em janeiro de 2014, para 4,8%, não impediu que a marca fosse a mínima histórica para o referido mês.

Uma parte da explicação para esse aparente paradoxo se relaciona a mudanças demográficas com destaque à desaceleração do crescimento populacional. A outra parte da explicação está na menor

taxa de participação dos jovens entre 18 e 24 anos no total da população ocupada e no total da PEA. As razões apontadas para essa fuga de jovens do mercado de trabalho estão relacionadas com a busca por melhor qualificação, favorecida por iniciativas do governo federal tais como: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). (HOLANDA; ANCHIETA JÚNIOR, 2014).

Analisando a atual conjuntura e os rebatimentos da recessão vivenciada pela economia brasileira nos indicadores de ocupação/desocupação, Lima, Anchieta Júnior e Sousa (2015) destacam que os dados dos primeiros quatro meses de 2015 apontam o fechamento de 137 mil postos de trabalho formal. Nos últimos doze meses, encerrados em abril de 2015, o resultado é ainda pior, com mais de 263 mil vagas encerradas. No Maranhão, a trajetória é a mesma. A geração de empregos formais no Estado recuou de 28,5 mil em 2011 para pouco mais de 1,1 mil em 2014.

De fato, o ciclo de elevação da taxa de juros SELIC iniciado em 2014, o reajuste de preços administrados (energia elétrica e combustíveis) com a consequente aceleração da inflação no 1º trimestre de 2015 e, ainda, os efeitos da Operação Lava-Jato (sobretudo na Construção Civil) têm afetado negativamente o desempenho do mercado de trabalho. (LIMA; ANCHIETA JÚNIOR; SOUSA, 2015).

Assim sendo, de acordo com a PNAD Contínua (2015), o contingente de desocupados, no Brasil, aumentou em quase 1,5 milhão de pessoas na passagem do último trimestre de 2014 para o 1º trimestre de 2015, e a taxa de desocupação deu um salto, de 6,5% para 7,9% no mesmo período. No Maranhão, 55 mil pessoas entraram na fila do desemprego entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015 e a taxa de desocupação subiu ainda mais, de 7,0% para 8,9%. (LIMA; ANCHIETA JÚNIOR; SOUSA, 2015). Em termos médios, segundo a PNAD Contínua, as taxas de desocupação registradas no Brasil e no Maranhão no ano de 2015 foram de 8,5% e 8,6%, respectivamente. (LIMA; MORAES, 2016). Já como resultado do aprofundamento da crise política e econômica brasileira, a trajetória ascendente da taxa de desocupação se acentua no Brasil em 2016, alcançando a média de 11,5%. (LIMA; MORAES; SILVA, 2017).

No que se refere à posição na ocupação, no plano nacional, pode-se observar, a partir da PNAD, que, em 2011, enquanto a formalização das ocupações (empregados com carteira assinada, somados aos militares e estatutários) atingia 46,0%, no Estado do Maranhão o percentual era de somente 22,1%.

Outro indicador do alto grau de desestruturação do mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro é que, em 2011, enquanto no Brasil os empregados sem carteira assinada representavam 24,6% do total de empregados assalariados, no Maranhão, o percentual de emprego não protegido correspondia a 44,7%. (LIMA; HOLANDA; NASCIMENTO, 2012).

Tomando-se como universo somente o conjunto dos trabalhadores empregados e considerando-se a dinâmica da sua distribuição entre os subconjuntos de empregados com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários e empregados sem carteira de trabalho assinada, observa-se que, no período de 2002 a 2011, houve uma significativa melhoria do mercado de trabalho brasileiro em termos do grau de formalização das relações de emprego, já que os empregados com carteira de trabalho assinada passaram de 54,0% para 63,6% do total de empregados, enquanto os empregados sem carteira caíram de 34,2% para 24,6%.

No Maranhão, esta tendência de formalização das relações de emprego se manifestou com maior intensidade neste período, visto que os empregados com carteira saltaram de 25,1% para 38,7% e os sem carteira caíram de 58,7% para 44,7%, não obstante ainda fosse evidente o maior grau de desestruturação do mercado de trabalho maranhense em relação ao brasileiro.

Analisando os reflexos do aprofundamento da crise política e econômica brasileira em termos de precarização das relações de trabalho, Lima, Moraes e Silva (2017), baseados em dados da PNAD Contínua, advertem que, comparando-se os anos de 2012 e 2016, observa-se, no plano nacional e no plano estadual, uma queda da participação dos empregos protegidos (empregados celetistas somados aos funcionários públicos) e aumento da participação das “formas mais precárias de trabalho” (empregados sem carteira somados aos conta própria, a maioria dos quais desprovida de direitos trabalhistas e previdenciários). De fato, no Brasil, entre 2012 e 2016, o percentual de empregos protegidos passou de 53,1% para 52,4%, enquanto, no Maranhão, caiu de 32,6% para 32,4%, no mesmo período. Em con-

trapartida, o que aqui se está denominando de “formas mais precárias de trabalho” tiveram sua participação aumentada de 39,6% para 40,8%, no Brasil e de 58,7% para 60,7%, no Maranhão, no período considerado. (LIMA; MORES; SILVA, 2017).

Ao contrário da evolução do emprego formal no Estado em comparação com o país, a relação entre a remuneração média dos trabalhadores formalizados no Maranhão em comparação a do Brasil reduziu-se no subperíodo 2007 a 2011, não obstante o maior dinamismo da geração de empregos no Estado. Observa-se, pelos dados da RAIS-MTE, que o indicador recuou de 77,6% em 2007 para 67,6% em 2011. Um dos aspectos explicativos é que os segmentos que registraram maior dinamismo no subperíodo são aqueles com as menores remunerações médias – comércio e construção civil. Outro fator importante diz respeito à maior taxa de precarização do mercado de trabalho maranhense em comparação com o plano nacional, o que se traduz na menor capacidade de barganha dos trabalhadores no Estado. (HOLANDA et al, 2013).

Ainda no tocante a esse indicador, Lima e outros (2015) observam que a remuneração média mensal do trabalhador brasileiro obteve um aumento real de 9,9% no período entre 2011 e 2013, passando de R\$1.475,5 para R\$1.622,1. Já a remuneração média mensal do trabalhador maranhense evoluiu de R\$ 716,9 em 2011 para R\$ 857,3 em 2013, variação real de 19,6%. Segundo Lima e outros (2015), nota-se também que em 2011 a remuneração média real mensal do trabalhador maranhense correspondia a 48,6% da remuneração média real mensal do trabalhador brasileiro em geral. O indicador avançou em 2012, para 54,8%, e caiu no ano seguinte, para 52,8%.

Conforme ressaltam os autores, muito da expansão da remuneração deve-se à política de valorização do salário mínimo, já que, em termos reais, o reajuste acumulado entre 2011 e 2013 foi de 10,4%.

Refletindo sobre os efeitos da atual conjuntura recessiva sobre os indicadores de rendimento do trabalho, Lima, Anchieta Júnior e Sousa (2015) advertem que o menor dinamismo da ocupação também tem repercutido sobre a evolução da massa de rendimentos (remuneração média multiplicada pela população ocupada). No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio mensal do trabalhador avançou 4,0%, em termos reais, em relação ao último trimestre de 2014.

Na comparação com o 1º trimestre de 2014, porém, houve queda de 0,4%. No Maranhão, a trajetória é um pouco diferente. No 1º trimestre de 2015, o rendimento médio mensal trabalhador maranhense caiu 0,3%, em termos reais, em relação ao último trimestre de 2014 e, na comparação com o 1º trimestre de 2015, a queda foi ainda maior, de 1,4%.

4 POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: reflexões sobre resultados de estudos publicados em boletins do Observatório Social e do Trabalho com enfoque na particularidade do Maranhão

O propósito deste item é expor resultados de pesquisas e reflexões desenvolvidos pela equipe que compõe o Eixo Temático Pobreza no âmbito do espaço constituído pelo Observatório Social e do Trabalho.

Para tanto, o conteúdo ora apresentado tem suporte em dados e reflexões disponíveis nas doze edições dos boletins publicados no âmbito do Observatório Social e do Trabalho que tratam sobre pobreza e desigualdade no Maranhão, constando de três subitens: Estrutura e apresentação dos boletins; Sobre a questão da pobreza e da desigualdade social e Pobreza, desigualdade e intervenção governamental no Maranhão.

4.1 Estrutura e apresentação dos boletins

As versões dos boletins já disponibilizadas ao público foram organizadas com suporte em procedimentos metodológicos de coleta de dados secundários disponíveis em institutos de pesquisas, entre os quais se destacam o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o IBGE, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o IMESC que consideram para mensurar a pobreza e a desigualdade indicadores como demografia, previdência social, desigualdade, saúde, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação cultura e desenvolvimento agrário.

Do material coletado, enriquecido com informações e reflexões de especialistas em diferentes refrações da questão social, resultaram em doze edições dos boletins, com a seguinte configuração:

Sete edições dos boletins fazem uma configuração da pobreza no estado: a primeira aborda a situação da pobreza no Maranhão,

com base no Censo do IBGE 2010 e estimativas a partir da PNAD 2011; a segunda trata dos retratos da pobreza em municípios do Maranhão referenciados em dados sobre o IDHM divulgados no Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, construído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com IPEA e a Fundação João Pinheiro (FJP); a quinta aborda a situação do Maranhão, no contexto brasileiro, com base em dados publicados no livro Atlas da exclusão social no Brasil - 10 anos depois, organizado por Alexandre Guerra, Marcio Pochmann e Ronnie A. Silva, livro que atualiza o Índice de Exclusão Social (IES), publicado em 2004; a sexta, toma como referência dados elucidativos da realidade de pobreza no Maranhão e os indicadores representativos da situação dos municípios maranhenses para destacar as ações previstas no Plano Mais IDH criado pelo atual Governo Estadual; a oitava recupera o IVS construído pelo IPEA que serve de suporte para a análise situação do Maranhão, em confronto com a do Brasil e das grandes regiões, considerando os subíndices infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho; a nona analisa a situação do Maranhão, em confronto com a do Brasil e das grandes regiões, considerando os subíndices infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho com suporte no Índice de Vulnerabilidade Social construído pelo IPEA; e a décima apresenta dados elucidativos da evolução dos indicadores demografia, pobreza, saneamento básico e educação nesse estado, em comparação com o Nordeste e o Brasil.

Cinco edições desvendam a pobreza a partir de algumas das suas particularidades: a terceira tematiza o campo particular da segurança alimentar; a quarta privilegia a questão da segregação socioespacial; a sétima apresenta a questão habitacional com dados ilustrativos da realidade do déficit habitacional no Maranhão em comparação com os outros estados brasileiros; a décima primeira conjuntura brasileira notabilizada por trazer à tona uma crise política que, associada à crise estrutural do capital, agudiza expressões da questão social no país; e a décima segunda relaciona os reflexos da violência como reflexo da situação de desigualdade social no país.

4.2 Sobre a questão da pobreza e da desigualdade social

O presente subitem recupera a noção de pobreza tomada como referência nas pesquisas desenvolvidas no GAEPP nas quais esse fenômeno é considerado como resultante da desigual distribui-

ção dos bens, serviços e conhecimento coletivamente produzidos em situações sociais concretas. Portanto, a forma desigual de apropriação da riqueza, com o emprego de construtos cada vez mais sofisticados, acarreta diferenças de posições entre os partícipes de sociedades reais. Ser pobre ou rico são, assim, distinções históricas, portanto, datadas e situadas.

Nas balizas do capitalismo, a desigualdade estrutural que caracteriza esse modo de produção, ao viabilizar a apropriação privada da riqueza, permite que a liberdade e a democracia materializadas em estatutos jurídicos, se tornem meras formalidades. (MARX; ENGELS, 1997). Isto explicaria porque, apesar dos pactos internacionais estabelecidos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, até a Declaração do Milênio, em 2001, com vistas a reduzir as desigualdades entre os povos, o fenômeno da pobreza continua a se reproduzir com reflexos perversos nas diferentes dimensões da vida capazes de interferir na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias.

Dados referentes à particularidade brasileira refletem a situação de concentração da riqueza no país. De acordo com fonte da Konzernatlas (KÜSTER, 2017), em 2012, corporações estrangeiras adquiriram 167 empresas de capital nacional. A distribuição de produtos agropecuários ao consumidor final se divide entre as três maiores cadeias de supermercados: Wal-Mart (norte-americana), Carrefour e Casino (francesas). E, entre 60 e 70% das compras de uma família, beneficiam as multinacionais Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola.

No caso brasileiro, preconceitos de base territorial, religiosa, étnico-racial, geracional e de gênero, entre outros, contribuem para a configuração de uma sociedade profundamente desigual acentuando a gravidade da destituição material e contribuindo para a segregação socioespacial da pobreza. (SOUSA et al., 2014).

4.3 Pobreza, desigualdade e intervenção governamental no Maranhão

Os dados e informações disponíveis nas oito edições dos boletins relacionados ao Eixo Temático da Pobreza demonstram que o Maranhão é um dos estados da federação que se situam nas últimas colocações em estatísticas nacionais que mensuram a pobreza e a desigualdade.

Determinações de ordem estrutural servem para elucidar essa disposição negativa do Maranhão no contexto nacional. Feitosa (1994, p. 227) advoga que esse estado que se manteve “[...] isolado do cenário internacional das trocas de mercadorias”, desde o final do século XIX, começa a estabelecer articulação com o centro capitalista, a partir de 1950, através do desenvolvimento de cultura do arroz e do extrativismo de amêndoas do babaçu. Na condição de grande produtor de arroz, o Maranhão se destacou, nas décadas seguintes, até os anos 1980.

Tal posição promissora do estado começa a sofrer abalo, a partir desse período. Em um flanco, verificou-se a apropriação de terras maranhenses por grupos do centro sul do país o que passou a ocasionar a expulsão de trabalhadores rurais de suas terras. Em outro flanco, além de outras decisões políticas e governamentais provocam declínio da produção agrícola familiar no estado. A conjugação desses eventos provocou acentuado movimento migratório do campo para as cidades e um processo de urbanização acelerado. Dessa forma, entre 1991 e 2010, a taxa de urbanização se acentuou de tal modo que a população que era, no setor rural, de 68,4% em 1980 passou a ser de apenas 36,9% nos anos 2010.

O inchaço das cidades e a carência de postos de trabalhos e serviços públicos capazes de atender a demanda da população, resultaram na situação de pobreza e desigualdades sociais visíveis nas maiores cidades do estado. Nesse sentido, embora dados atuais disponíveis sobre a situação do Maranhão deem conta de que vem se verificando uma redução do número absoluto de pobres nesse estado, os resultados não parecem promissores, considerando a concepção de pobreza que orienta as pesquisas do GAEPP.

Para exemplificar essa conclusão, a indagação que orientou o Boletim nº 1 (2013) foi A pobreza está diminuindo no Maranhão?. Pela análise dos dados disponibilizados pelo IPEA (2010), concluiu-se que, se considerada apenas a renda como indicador de aferição da pobreza, a resposta poderia ser positiva, uma vez que em 2000, 34,8% dos domicílios maranhenses tinham renda mensal inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo e, em 2010, o percentual de domicílios nessa situação caiu para 22,0%. Também, no ano 2000, 60,1% dos domicílios tinham renda de até $1\frac{1}{2}$ salário-mínimo e em 2010 apenas 35,5% encontravam-se nessa faixa de rendimento.

Por outro lado, se o próprio Censo 2010 informa que 25,8% da população do estado ainda sobreviviam, nesse ano, com rendimento de até R\$ 70,00 ao mês e, em alguns municípios², mais de 55% população viviam em extrema pobreza, os incrementos na renda, embora importantes, não mudaram a situação estrutural da maioria que continua a padecer por demandas insatisfeitas em campos fundamentais como o trabalho, a habitação, a saúde, a educação, o saneamento básico. No setor rural, acrescem-se a essas mesmas demandas, uma melhor distribuição da terra e o incentivo à produção, sobretudo à agricultura familiar.

Um campo importante onde a pobreza pode ser claramente visualizada no Maranhão é do segurança alimentar, questão abordada no Boletim nº 1 (2014). De fato, com suporte nas PNADs 2004 e 2009, a pesquisa demonstrou que, no Brasil, em 2004, 34,9% dos domicílios (18,0 milhões de domicílios) possuíam pelo menos um morador em situação de insegurança alimentar, enquanto no Nordeste o percentual era de 53,6% (7,1 milhões) e, no Maranhão, chegava a 69,1% (987 mil). E, em 2009, esses dados demonstravam que enquanto no Brasil e no Nordeste a situação melhorou (30,2% e 46,1%, respectivamente), no Maranhão houve um agravamento, passando a 64,6% (1,7 milhões).

Outra área relevante de expressão do quadro de pobreza no Maranhão é a produção, o que redundará em dificuldades para muitos municípios gerarem receita própria, passando a sobreviver de recursos de transferências, como visto no Boletim nº 3 (2016). É o caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que correspondem, em média, a 32,9% e a 42,6%, respectivamente, da Receita Total de vários municípios. Transferências do Bolsa Família representaram, em 2015, em média, 8,1% (montante de R\$ 2,2 bilhões) do PIB dos municípios, chegando a alcançar o percentual de 18,1% no município de Serra do Maranhão, enquanto o Benefício de Prestação Continuada (BPC), representou 11,8% da renda de Maracáçumé.

Além dos componentes da velha pobreza estrutural, o processo de globalização em curso, vem permitindo que se reproduza no Maranhão uma situação que é reflexo das crises sistêmicas que vivem os países situados nas balizas do capitalismo. Trata-se de expressão, no contexto das juventudes, do crescente contingente de trabalha-

dores supérfluos para o capital que integram a chamada população sobran-te, em meio a exclusões e inclusões precárias. Carvalho (2013) refletiu sobre essa questão no Boletim nº 3³ com suporte na categoria precariado, entendida como uma nova camada social do proletariado em expansão, com configurações peculiares de geração, de escolarização e de forma de inserção no trabalho e no mundo social.

Os boletins também enfatizam formas de intervenção governamentais na realidade local, necessárias e importantes, porém, ainda incapazes de mudar a situação vigente. É o caso dos Programas de Transferências de Renda de nível federal e o Plano de Ações MAIS IDH. Este, criado pelo atual Governo do Maranhão por meio do Decreto nº 30.620, de 02 de janeiro de 2015 realiza-se mediante a congregação de treze iniciativas de diversas secretarias estaduais com vistas a promover o desenvolvimento territorial dos trinta municípios e regiões com os menores indicadores sociais.

Na fala de Flávio Dino (2015, p. 1), a perspectiva subjacente é que a riqueza produzida se traduza em melhorias das condições de vida da maioria da população. Seria assim um contraponto às opções de “[...] administrações que apostaram em uma economia de enclave, defendendo que poucos grandes projetos seriam a redenção para o Maranhão”.

5 CONCLUSÃO

No presente artigo procurou-se trazer para o debate público informações e dados sistematizados por pesquisadores do Observatório Social e do Trabalho, no contexto do qual os Boletins que tratam das temáticas do trabalho e da pobreza, no Maranhão na sua relação com o Brasil, vêm se constituindo em importantes mecanismos de interlocução do GAEPP com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral.

Particularmente, em relação aos conteúdos enfocados, os Boletins que tratam do trabalho destacam as principais tendências identificadas no mercado de trabalho maranhense em comparação com o brasileiro. Cabe destacar, em termos de estrutura, a significativa desvantagem do estado do Maranhão se comparado ao conjunto do Brasil no que se refere aos indicadores analisados. Com efeito, além da menor sensibilidade da taxa de ocupação face ao crescimento do PIB, justificada pela deficiente diversificação da sua estrutura produtiva, o estado ostenta um índice de formalização das relações

de trabalho que mal se aproxima da metade da média brasileira. Da mesma forma, a remuneração média real mensal do trabalhador maranhense se situa em torno de 50,0% da remuneração média real mensal do trabalhador brasileiro em geral.

Em termos de dinâmica de comportamento no período em análise, percebe-se que, após significativos avanços experimentados pelo mercado de trabalho no Brasil e no Maranhão, sobretudo na primeira década de 2000, expressos na queda da taxa de desocupação, na elevação do índice de formalização das relações de trabalho e no aumento da remuneração média real do trabalho, na atual conjuntura de aprofundamento da crise política e econômica e de ajuste fiscal, assiste-se a uma deterioração de todos esses indicadores, mostrando-se mais nítida a partir de 2015 e manifestando-se com maior intensidade no plano estadual.

Nos boletins que tratam sobre a pobreza, esta refração da questão social e as formas de seu enfrentamento são entendidas como eventos históricos, mediados por embates entre classes sociais e grupos específicos com interesses e racionalidades diferentes.

Nessa perspectiva, os estudos indicam que o Brasil, não obstante ter desenvolvido, nas últimas décadas, agenda de reformas voltada para o mercado com discurso que expressa preocupação com a melhoria das condições sociais dos trabalhadores, ainda conta com um sistema de proteção social que continua inapto para afetar positivamente, como seria esperado, os indicadores históricos de pobreza e desigualdade social no país.

No que diz respeito, ao Maranhão, os dados e informações, presentes nas edições dos boletins relacionados ao eixo temático da pobreza, demonstram que esse estado ainda se mantém nas últimas colocações em estatísticas nacionais que mensuram a pobreza e a desigualdade social. Tanto isso é verdade que, além da gravidade dos indicadores sociais que ostenta, muitos dos seus municípios não contam com recursos adequados para manter sua estrutura, sobrevivendo de transferências, sobretudo as federais. Mudar esse quadro, em contexto de crise do capitalismo e politicamente regressivo no país, é uma promessa do último Governo estadual cujos esforços têm propósito explícito de conjugar o aumento da riqueza com a melhoria dos indicadores sociais, embora ainda não se possam visualizar resultados importantes nesse sentido.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. O enigma do precariado e a nova temporalidade histórico do capital – partes 1, 2 e 3. Blog da Boitempo, São Paulo, 2012. Disponível em:<<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/14/o-enigma-do-precariado>>. Acesso 22 de julho 2012.
- ARÁUJO, M. do S. S.; SOUSA, S. de M. P. S.; NASCIMENTO, T. S. (In)Segurança alimentar no Estado do Maranhão. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 3, n. 1, 2014. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2015_2/em%20foco%20-%20atual.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.
- BOBBIO, N. O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986. (Coleção Pensamento Crítico, v. 63).
- CARVALHO, A. M. P. de. Complexificação da questão social no contexto contemporâneo da crise do capital: universalização da condição de proletariado e a emergência do precariado. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 2, n. 3, 2013. Entrevista à pesquisadora do Gaepp e Doutora Maria do Socorro Sousa de Araújo. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2014_2/entrevista%20com%20alba%20carvalho.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.
- DINO, Flávio. O Plano de Ações Mais IDH como estratégia para combate à pobreza no Maranhão. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 4, n. 2, 2015. Entrevista à pesquisadora do Gaepp e Mestre Talita Nascimento. Disponível em:<<http://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-doobservatorio-social-e-do-trabalho>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- FEITOSA, R. M. M. O processo sócio econômico do Maranhão: história e desenvolvimento. 1994. 411 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento) -Núcleos de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

HOLANDA, F. M. de et al. do Maranhão versus Brasil: o que apontam os dados dos Censos 2000 e 2010 e a evolução do Emprego Formal (RAIS-MTE). Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 2, n. 2, 2013. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2014_1/em%20foco.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____; ANCHIETA JÚNIOR, V. Prontos para a mudança de ciclo? O que mostram os dados desagregados recentes do mercado de trabalho brasileiro. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 3, n. 2, 2014. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2016_1/foco%20-%20atual.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por Estado no Brasil, 2010. Comunicado IPEA, Rio de Janeiro, n. 58, 2010. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/ag>>. Acesso em: 21 maio 2017.

KÜSTER, A. Cada vez maior – a onda de fusões na indústria agrária ameaça à soberania alimentar: organizações alemãs lançam Atlas das Multinacionais 2017. Agroculturas, [S. l.], 2017. Disponível em:<<http://agroecoculturas.org/cada-vez-maior/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

LIMA, V. F. S. de A. et al. O que mostraram os dados da PNAD 2013: taxa de desocupação e rendimentos do trabalho no Maranhão versus Brasil. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 4, n. 1, 2015. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano2015_n.1/em%20foco%20-%20atual.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____; ANCHIETA JÚNIOR, V.; SOUSA, R. M. de. Rebatimentos da recessão no mercado de trabalho e mudanças regressivas no marco regulatório. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 4, n. 3, 2015. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_4_n_3/em%20foco.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2015.

_____; HOLANDA; F. M. de; NASCIMENTO, T. de S. Evolução do mercado de trabalho no Maranhão: 2002 a 2011. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 1,

n. 1, 2012. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2013_1/em%20foco%20boletim%20zero.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____; MORAES, G. B. P. Crise e mercado de trabalho no Maranhão x Brasil o que apontam os últimos dados do CAGED e da PNAD-Contínua? Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 5, n. 2, 2016. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_5_n_2/em%20foco.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____; _____. SILVA, R. T. C. A atual conjuntura de aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil e no Maranhão e as recentes medidas de flexibilização das relações de trabalho. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 6, n. 2, 2017. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_6_n_2/em%20foco%20-%20ano%206.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PAZ, R. D. O. da. Observatório dos Direitos do Cidadão: uma experiência de monitoramento de políticas públicas e de fortalecimento dos movimentos sociais de São Paulo. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra, 2004. Anais... Coimbra, 2004.

SILVA, M. O. da S. e (Coord.). Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SOUSA, S. M. P. S. et al. A pobreza está diminuindo no Maranhão? Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 2, n. 1, 2013. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_2013_2/em%20foco%20-%20boletim_pobreza_final.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. et al. Pobreza e dependência nos municípios maranhenses das transferências federais. Boletim do Observatório Social e do Trabalho, São Luís, ano 5, n. 3, 2016. Disponível em:<http://www.gaepp.ufma.br/boletim/images/ctj/PDF/Boletim_ano_5_n_3/em%20foco%20-%20atual.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

OBSERVATÓRIO SOCIAL E DO TRABALHO: construindo as temáticas pobreza e trabalho no campo das Políticas Públicas

_____ et al. Políticas relacionadas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil: resultados de pesquisa avaliativa. Cadernos de Pesquisa, São Luís, ano 2, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.gaepp.ufma.br/site>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Notas:

¹ O GAEPP, criado em 1996, é um Grupo interdisciplinar de estudos e pesquisas que congrega professores de diversos Departamentos Acadêmicos e alunos de graduação e de pós-graduação. Desenvolve atividades de pesquisa, de consultoria, assessoria e capacitação de recursos humanos, privilegiando a temática pobreza, trabalho e políticas sociais, centrando-se na análise e avaliação de Políticas Públicas. Orienta-se pelas seguintes linhas de pesquisa: Avaliação de Políticas de Geração de Emprego e Renda; Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Avaliação e Acompanhamento da Política Pública de Transferência de Renda.

² Era o caso de Marajá do Sena (66,7%), Belágua (60,6%), Cachoeira Grande (56,9%), Humberto de Campos (56,8%), Jenipapo dos Vieiras (55,8%) e Primeira Cruz (55,6%).

³ Conferir sobre o tema também em Alves (2012)

